



» ENTREVISTA // MÁRIO GOULART MAIA

Conselheiro do CNJ conta ao **Correio** sobre o projeto Diálogos de Cidadania, voltado para crianças e adolescentes carentes e que trabalha o papel da Justiça e os direitos básicos da população

Justiça para jovens

» LUANA PATRIOLINO

Rômulo Serpa/Agência CNJ

Uma pesquisa da consultoria Quaest revelou que a maioria dos brasileiros não sabe qual é a função dos tribunais superiores, como Supremo Tribunal Federal (STF) e Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Diante de uma população que pouco ou nada entende sobre o papel do Judiciário e da Constituição brasileira, o conselheiro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) Mário Goulart Maia se viu motivado a criar o projeto Diálogos de Cidadania, junto à Comissão Permanente de Políticas Sociais e Desenvolvimento do Cidadão do tribunal.

O trabalho consiste em visitar escolas de regiões carentes do país para conversar com crianças e adolescentes sobre o papel da Justiça e direitos básicos da população. Ao **Correio**, Maia contou sobre a recepção dos jovens nas instituições de ensino e do apoio do Judiciário para continuar promovendo os encontros pelo Brasil. Confira a entrevista:

Como surgiu o projeto?

Pensei no que podia fazer de diferente no conselho. Essa ideia surgiu porque, primeiro, eu estava vendo muita intolerância entre as pessoas, falta de diálogo. A partir do momento que o jovem tem noção que pode resolver e que ele deve respeitar as diferenças, inclusive, que o ordenamento da nossa lei jurídica já estabelece isso: a igualdade entre as pessoas.

O que seria essa igualdade?

Senti essa necessidade de apresentar aos jovens que existe uma garantia tutelada no nosso ordenamento jurídico, não só nessa igualdade. O conceito de igualdade é muito abstrato. Ao mesmo tempo, muito abrangente. Temos a questão racial, indígena, LGBTQIA+, por exemplo. Quando apresentamos a essas crianças e adolescentes a Constituição, eles ficam surpresos! Não sabem o que é. E é como Ulysses Guimarães batizou: a carta cidadã.

Qual é o perfil desses estudantes?

Eu costumo ir às escolas de periferia. Não que os alunos da classe média, da classe alta, também não precisem de noções de cidadania, mas as crianças dessas regiões carentes são ainda mais excluídas da sociedade. O projeto começou em setembro do ano passado, desde que tomei posse no CNJ. Desde então, já fomos em duas escolas da Bahia e, neste mês, em Boa Vista,



A partir do momento que o jovem tem noção que pode resolver e que ele deve respeitar as diferenças, inclusive, que o ordenamento da nossa lei jurídica já estabelece isso: a igualdade entre as pessoas"

Roraima. Nesta última, tivemos a participação de um desembargador da região que não conhecia o projeto, mas se interessou.

E como o trabalho é visto no conselho?

Faço parte de comissões voltadas para esta temática, que é de direitos sociais e tudo que envolve. Isso é bom porque aproxima a população do Judiciário e desmistifica. Algumas pessoas pensam que tudo se resolve no Supremo, ou no Legislativo, ou no Executivo. Mas existe a separação entre os Poderes e o projeto humaniza isso. O projeto nasceu de uma vontade minha,

mas eu tenho um apoio total do ministro Luiz Fux, presidente do STF e CNJ. A partir do momento que eu vou em missão institucional e tem dado frutos, pois alguns membros do Judiciário comentam. Sai de vez em quando, saem notícias da iniciativa nas redes dos tribunais e as diretoras das escolas também pedem o nosso retorno.

Como é a dinâmica nas escolas?

Eu explico a questão da cidadania, do pertencimento, sobre a dignidade da pessoa humana. E, com essa questão, introduzo as garantias fundamentais, os direitos que a gente, como cidadão,

tem, além dos direitos sociais: saúde, educação e outros. Faço um diálogo a partir dessa premissa. Tento explicar de forma bem simples, e eles interagem. Chamo para lerem a Constituição comigo e distribuo alguns exemplares.

Quais são os problemas que o CNJ detecta nesses lugares?

Tenho percebido essa questão da violência familiar, ligado ao alcoolismo, ao consumo de drogas. Eles sentem que se alguém souber disso, que se eles forem ouvidos, serão perseguidos. E eu digo que não. É justamente ao contrário, a lei está justamente para proteger. A

recepção tem sido excelente.

O senhor esteve na fronteira da Venezuela este mês. Como as crianças têm sido tratadas lá?

Vi várias crianças desassistidas. Estive em Pacaraima, na fronteira. Visitei os refugiados. É uma situação de guerra porque você vê crianças desnutridas. O Brasil acolhendo essas crianças. Até o próprio Exército Brasileiro que montou toda a estrutura. Também me surpreendi porque tive uma visão mais humanista do Exército: vi um soldado trocando uma fralda de uma criança e pensei que aquilo era o Exército de verdade, um braço do Estado, que acolhe, vacina,

cede o cartão do SUS com as vacinas, alimenta, dá abrigo. Quando essas crianças sentem essa proximidade, elas relatam coisas que se passam no cotidiano delas. Ou seja, humaniza e aproxima.

Qual é a principal lição desse projeto?

A tolerância e a noção de pertencimento, que só surge quando você tiver noção de cidadania, do que é ser cidadão, do seu papel, de que você tem direito, de que não está só. Isso é a base para se começar uma transformação. Eles têm que ter essa noção de que tem um órgão, de que existe uma lei que não pune, mas que protege.

Carta de 22 deve virar fórum

A dimensão dos atos de 11 de agosto levou os organizadores da *Carta às Brasileiras e aos Brasileiros* a iniciar a discussão para a criação de um fórum permanente em defesa da democracia. Como diz o texto lido no pátio das arcadas da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, a ideia é manter uma "vigília cívica contra as tentativas de rupturas". Para isso, uma reunião deve definir os passos do movimento e os atores a serem convidados para integrá-lo.

A proposta é dar institucionalidade a um grupo formado por representantes da sociedade civil que monitore, de forma estruturada, ataques contra as instituições democráticas, além de estar preparado para promover eventos em defesa do estado de direito. Na semana passada, 26 estados e o Distrito Federal abrigaram manifestações semelhantes.

"Poderia funcionar, inclusive, depois da eleição, porque a turma que faz ataques sistemáticos à democracia vai continuar agindo, independentemente do resultado eleitoral e mesmo após

o período eleitoral, podendo resultar até em uma situação como a invasão do Capitólio", disse o diretor da faculdade do Largo de São Francisco, Celso Campilongo.

A invasão do Capitólio, em Washington, por apoiadores do ex-presidente Donald Trump que não aceitavam a derrota do republicano, ocorreu em 6 de janeiro de 2021, dois meses depois das eleições nos Estados Unidos. O cenário de instabilidade, de medo e de violência permeou a posse de Joe Biden e Kamala Harris, no fim do mesmo mês, e o início do mandato dos democratas.

Entidades do setor produtivo e financeiro que participaram da articulação dos eventos da semana passada devem ser convidadas a se juntar aos juristas. A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), por exemplo, divulgou sua própria carta em defesa da democracia, apoiada pela Federação Brasileira de Bancos (Febraban).

A proposta de criar um fórum permanente é discutida pelos antigos alunos e pela direção

da faculdade da USP, mas ainda está no campo das hipóteses. Os seis articuladores iniciais da carta inspirada no documento de 1977, lido nas mesmas arcadas pelo professor Goffredo da Silva Telles Júnior, contra o regime de exceção da época, vão se reunir para decidir os rumos do movimento. Até ontem, mais de 1 milhão de signatários havia aderido ao manifesto de 2022.

O grupo é composto por dois conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, Dimas Ramalho e Roque Citadini; pelo procurador do Ministério Público de Contas Thiago Piniheiro Lima; pelo ex-procurador-geral de Justiça de São Paulo Luiz Marrey; e pelo juiz federal Ricardo Nascimento. As propostas definidas hoje serão levadas a Campilongo e à vice-diretora da Faculdade de Direito, Ana Elisa Bechara. Houve surpresa com a proporção que a iniciativa tomou e agora há uma responsabilidade em manter institucionalizadas ações contra ameaças à democracia.

Ao mesmo tempo, a adesão a

Rovena Rosa/Agência Brasil



Leitura da Carta às Brasileiras e Brasileiros em Defesa do Estado Democrático de Direito, na USP

mais dois atos em defesa da democracia é estimulada pelo Grupo Prerrogativas, formado por advogados. No dia 7 de Setembro — data que marca os 200 anos da Independência do Brasil —, a intenção é organizar uma missa

em São Paulo, em parceria com o padre Júlio Lancellotti, para servir de contraponto simbólico aos atos já convocados pelo presidente Jair Bolsonaro (PL).

Em 22 de setembro, um evento na PUC da capital paulista

deve marcar o aniversário da invasão da instituição pela polícia em 1977, na ditadura militar. Antes disso, movimentos sociais e militância de esquerda organizam passeatas para 10 de setembro.